

Constituinte, agora envergonhada

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Não quero, não vou nem posso estabelecer maus precedentes", declarou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, aos parlamentares presentes à sessão de ontem da Assembléia Nacional Constituinte. Ulysses manifestou-se mais uma vez decepcionado com a falta de quórum — apenas 262 dos 559 constituintes estavam presentes — e frisou que o fato de as sessões de sexta-feira serem normalmente vazias não poderia servir de pretexto para revogar sua decisão de prosseguir com os trabalhos também nos fins de semana, para recuperar o atraso nas votações. No plenário, os presentes protestaram contra os faltosos, que impediram a continuidade da votação do projeto constitucional, interrompida desde a quinta-feira da semana passada.

"Não tem sentido ficarmos aqui fazendo papel de palhaço, sem condições de trabalhar", disse o deputado Paulo Delgado (PT-MG) ao apresentar projeto de resolução propondo a cassação do mandato do constituinte que faltar a cinco sessões. Lembrou que os trabalhadores, quando não comparecem ao serviço, têm o salário descontado e ainda podem ser demitidos, devendo a Constituinte fazer o mesmo com seus integrantes. José Genoíno (PT-SP) também demonstrou sua irritação: "A sociedade se revolta contra os constituintes que ganham altos salários e não vêm votar. A presença é uma questão moral, ética e política, pois está em processo de decomposição a Assembléia Constituinte, num período crucial para o País". "Os ausentes desmoralizam a Constituinte e devem ter seus nomes divulgados", sugeriu o parlamentar, que foi aplaudido pelos colegas.

A sessão foi iniciada às 9 horas com menos de 20 parlamentares. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) foi o primeiro a criticar asperamente os ausentes. "A população tem o direito de chamar esses constituintes de vagabundos, forçá-los a vir para o trabalho e cumprir suas obrigações, mesmo porque são

todos muito bem pagos", disse irritado. Afirmou que transmitiu a mesma mensagem, pela manhã, em seu programa de rádio, conclamando a população a "marcar" os constituintes faltosos.

Ulysses só chegou para presidir a sessão a partir das 11 horas, ao saber da falta de quórum. Mendes Ribeiro (PMDB-RS) sugeriu que os pequenos pronunciamentos e comunicações de lideranças sejam realizados pela manhã, pois tomam cerca de duas horas de cada sessão.

LÉVANTAMENTO

O deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) fez um levantamento das votações e surpreendeu os constituintes com os resultados. Até agora, segundo Dornelles, estão sendo votados 48% dos destaques apresentados, a uma média de três ou quatro por dia. Como são mais de dois mil destaques, a permanecer o mesmo ritmo de votação, serão necessários cerca de mais 400 dias para concluir as votações. "Dessa forma, não concluiremos a Constituinte nem com mais um ano de trabalho", observou Dornelles, diante da surpresa de Ulysses, que insiste em ter a Carta promulgada até o final de abril. Irma Passoni (PT-SP) junta-se ao coro contra os faltosos, sugerindo que em todas as sessões, mesmo sem votação, seja feita verificação de presença e os ausentes tenham seus nomes divulgados no programa radiofônico Diário da Constituinte.

O deputado Victor Faccioni (PDS-RS) acrescentou uma observação partidária à questão. "A maioria da Constituinte é do PMDB; o dr. Ulysses é o presidente do partido e poderia tomar providências para que todos comparecessem às sessões", disse. Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) elogiou os pronunciamentos de Ulysses em defesa da Constituinte e afirmou que os parlamentares, além de dar apoio ao presidente, devem comparecer a todas as sessões "para que correspondam à expectativa da Nação". A sessão foi encerrada ao meio-dia e, como ontem havia 30 parlamentares a mais do que na sessão da véspera, Ulysses manifestou a esperança de que hoje haja número maior.

Ulysses repete o apelo: "Não fiquem em casa"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Senhor constituinte, você não tem o direito de ficar em sua casa, em sua cidade, em seu estado", advertiu ontem à noite o deputado Ulysses Guimarães, em rede nacional de rádio e televisão nos programas "A Voz" e "Diário da Constituinte".

Ulysses, que agora participará dos programas todas as sextas-feiras, mostrou-se preocupado com a falta de quórum, pediu a cada constituinte comportamento correspondente ao que deles espera a opinião pública, comparecendo ao plenário, "dizendo sim ou não aquilo que é proposto à sua consciência".

"Venha a Brasília. Precisamos elaborar logo, rapidamente, uma Constituição, sem prejuízo de sua qualidade, para dar as definições

fundamentais a esta Nação", pediu Ulysses.

Ulysses ainda analisou algumas questões já votadas, como mandato de segurança, mandato de injunção, habeas data, além de dizer que a Constituinte deverá aprovar recursos para os estados e municípios, destinados a escolas, transporte, educação, saúde e lazer.

Dirigindo-se ao cidadão, Ulysses sugeriu: "A proposição que você apresentar terá a mesma condição de se transformar em lei que as apresentadas por deputados e senadores. Estou certo de que a Constituinte vai reconhecer isto, posteriormente". "Você poderá também fazer com que um projeto de lei, aprovado na Câmara e aprovado no Senado, não se transforme em lei se você não quiser. É a democracia direta, representada e exercitada por você", concluiu.



Emenda pode acabar com a Lei Fleury

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado José Tavares (PMDB-PR) vai apresentar substitutivo ao Projeto de Lei n.º 7.860, do Executivo, que propõe alterações ao Código Penal e ao Código de Processo Penal, e que ainda não foi apreciado pelo Legislativo, dando origem à queixa do presidente Sarney no seu programa radiofônico. O substitutivo poderá significar o fim da Lei Fleury, disse Tavares, que foi o relator da matéria na Comissão de Justiça. Segundo o deputado, a proposta não chegou a ser apreciada porque entrou na ordem do dia ao final da legislatura de 1986 e o ano seguinte foi praticamente todo consumido pelos trabalhos da Constituinte.

O projeto do governo, acrescentou Tavares, é louvável porque pretende alterar a Lei Fleury e dispositivos para ampliar a ordem jurídica, de modo a preservar a segurança pessoal e patrimonial num momento em que se registra crescente aumento dos índices de criminalidade.

BROSSARD

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, apoiou as críticas feitas pelo presidente Sarney ao texto aprovado pela Constituinte, que diz que ninguém pode ser preso a não ser em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente. Brossard lembrou que hoje, qualquer ministro pode decretar a prisão administrativa em caso de irregularidade cometida por funcionário, ou por fraude lesando instituição pública. Mas com o novo texto essa ação ficará restrita à autoridade judiciária, o que, para ele, poderá criar sérias dificuldades à Justiça.

Metalúrgicos preferem a indenização

AGÊNCIA ESTADO

Os metalúrgicos de Guarulhos preferem receber indenização pela demissão do que ter garantida pela Constituição a estabilidade plena no emprego. Este foi o resultado da pesquisa realizada pelo sindicato da categoria, que durante uma semana percorreu as fábricas da região para saber a opinião dos trabalhadores. Na cédula da pesquisa constavam três opções: estabilidade plena após um ano de trabalho, indenização de um salário por ano trabalhado e elevação da multa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço de 10 para 50%. Dos dez mil metalúrgicos consultados, 4% optaram pela primeira proposta, 62% pela segunda e 34% pela terceira.

Em Brasília, o presidente da Fiesp, Mário Amato, sugeriu ontem ao deputado Roberto Cardoso Alves proposta de emenda sobre estabilidade, que já foi submetida aos coordenadores do Centrão. O texto é o seguinte: "Garantia de emprego contra despedida arbitrária mediante indenização compulsória na forma de lei complementar sem prejuízo de outros direitos".

Também em Brasília, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, pediu ontem a compreensão dos grupos e lideranças partidárias para que se consiga um acordo sobre a questão da estabilidade. Ele cancelou a reunião marcada para ontem em que o assunto seria discutido, justificando que as conversas ainda são parciais. Ulysses revelou que pretende promover o encontro dentro de alguns dias. E explicou que está esperando "que sejam debatidas todas as tentativas de um texto de confluência, agremiativo da maioria dos constituintes".